O TRÁFICO DE PESSOAS SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Uma análise interdisciplinar da mulher vítima de exploração sexual

*Lucinery Helena Resende Ferreira do Nascimento*¹

*Tulio Carlos Souza Ortiz*²

*Luiza Melissa Jatahi Cavalcanti Pimentel*³

1. INTRODUÇÃO

O tráfico de pessoas em números

Pode-se afirmar que o tráfico de pessoas é uma forma moderna de escravidão. Segundo Relatório Global do ano de 2014 sobre Tráfico de Pessoas, divulgado pelo *Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)*, estima-se que a exploração sexual é a forma de tráfico de pessoas com maior frequência (79%), seguida do trabalho forçado (18%). Outrossim, ainda segundo dados do UNODC, as mulheres representam 70% das vítimas do tráfico total no mundo inteiro.

A análise do tipo penal

O tráfico Internacional

O art. 231 do CP estabelece como crime de Tráfico Internacional *“Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.”*

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

Assim sendo, o crime consuma-se com a *entrada* ou a *saída* do território nacional, da pessoa que irá exercer a prostituição, independentemente do efetivo exercício da prostituição (STJ. HC 206607. Brasília-DF 19/08/2014).

Outrossim, o consentimento da vítima é irrelevante, pois o bem jurídico protegido é indisponível e ligado à coletividade em geral. Neste sentido é o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, promulgado no Brasil pelo Decreto 5.017/04:

Art. 3º, b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a)

¹ Promotora de Justiça, titular do 1º Cargo da Promotoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Coordenadora junto ao Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado do Pará. Pós-graduada em Ciências Penais, Direito Civil e Processo Civil. Email: lucinery@mppa.mp.br

² Analista Jurídico, lotado junto à Promotoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Assessor Jurídico junto ao Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a mulher no Estado do Pará. Pós-graduado em Direito Constitucional. Email: tulioCarlos@mppa.mp.br

³ Estudante do 5º período de Direito, pela Universidade Federal do Pará. Estagiária junto ao Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a mulher no Estado do Pará. E-mail: melissa.cavalcante@gmail.com

O tráfico interno

Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

2. O TRÁFICO DE MULHERES NA AMAZÔNIA⁴

2.1 A realidade da região amazônica

Segundo trabalho elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, instituída para investigar o Tráfico de Seres Humanos no Estado do Pará, a geografia regional de pobreza e a desigualdade social, são fatores que contribuem para o aumento dos números de tráfico de pessoas na região Amazônica.

2.2 Rota Barcarena - Europa

De acordo com depoimentos prestados a CPI, pelo Promotor de Justiça da Comarca de Barcarena-PA, o tráfico de pessoas em Barcarena se inicia no Porto de Vila do Conde, através dos navios estrangeiros que fazem o transporte de minérios. Seriam então essas embarcações responsáveis transportar as mulheres para o comércio sexual Europeu.

2.3 Rota Marajó – Belém – Guiana e Suriname

Conforme informações prestadas pelos membros do Ministério Público Federal, pode-se apontar como Rota do tráfico interno sexual o estreito de Breves no Arquipélago do Marajó, que seria responsável por fornecer mulheres ao mercado do sexo belenense. Conforme se verificou, meninas são trazidas para trabalhar em casas de famílias e acabam se prostituindo, sendo que algumas vão para a cidade do Oiapoque e, de lá, para as Guianas.

Outra rota é a que parte da região Metropolitana de Belém (Icoaraci, Outeiro, Mosqueiro, etc) com destino ao Suriname. Trata-se de uma rota devidamente definida e identificada, tendo o MPF inclusive, proposto ações penais contra um holandês de nome Henry Cunnati, dono da boate Daymond, no Suriname, responsável por receber as mulheres oriundas da Capital Paraense.

3. O PERFIL DA MULHER VÍTIMA DO TRÁFICO E A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Para compreender os aspectos sociais da problemática em tela, devemos atentar para a situação das mulheres vítima de tráfico, bem como o contexto de desigualdades de gênero, no qual as mesmas encontram-se inseridas.

Em verdade, o tráfico não tem início no momento em que a mulher deixa a sua residência. Ao revés, a mulher torna-se vítima no momento em que não encontra apoio, estatal ou familiar, para encarar as intempéries do cotidiano. A gravidez não planejada, aliada à extrema pobreza e a ausência de perspectivas profissionais, podem ser suficientes para fragilizar a mulher, a ponto de fazê-la ingressar no mercado do sexo.

Com base na experiência do Ministério da Justiça é possível apontar a vulnerabilidade econômica, como o maior fator de risco para a mulher brasileira. Em uma visão mais ampla, podemos afirmar com tranquilidade que há maior incidência de crimes contra a mulher entre as camadas mais pobres da sociedade. O perfil da vítima envolve mulheres jovens e negras, em situação de privação das condições mais básicas de sobrevivência; e que, por isso, encontram-se muito mais vulneráveis ao crime de tráfico de pessoas

⁴ Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Tráfico Humano no Estado do Pará. Belém- Pa, 2012.

Por outro lado, também é relevante compreender a perspectiva de gênero, que influencia diretamente a respectiva temática. Nas palavras de ELDER LISBOA, o termo gênero *“se refere à relação entre homens e mulheres baseada na identidade, em condições e funções e nas responsabilidades segundo tem sido definido pela sociedade e pela cultura”*

Assim, em que pese a compreensão do gênero permita se estabelecer uma diferenciação entre o “feminino” e o “masculino”, tal distinção não poderá jamais ser justificativa para a violência e para a desigualdade em geral.

Essa percepção errônea do fenômeno do gênero, que deveria servir como um instrumento para entender as relações sociais entre mulheres e homens, acaba gerando as deturpações que deságuam na ideia de inferioridade da mulher.

A referida **cultura machista** acaba sendo um dos fatores responsáveis pela exploração sexual da mulher e o tráfico de pessoas, pois é dela que surge a tenebrosa postura de “coisificar” o gênero feminino, atribuindo a mulher o status de verdadeira mercadoria, que pode ser utilizada, exposta e comercializada, de todas as formas.

Assim sendo, não podemos olvidar que as políticas públicas e os métodos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, devem ser elaborados sob a ótica do perfil da vítima, mulher exposta à vulnerabilidade econômica, aliada à análise da cultura machista, e do fenômeno do gênero.

4. Conclusão

A partir do exposto, visualiza-se que as mulheres são vítimas em maior potencial do tráfico de pessoas, o que exige esforço conjunto dos órgãos e instituições federais e estaduais que compõem a rede de enfrentamento à violência da mulher, no sentido de desenvolver trabalhos para prevenir e coibir a prática deste crime que atenta contra a dignidade do ser humano.

Neste sentido, o **Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher**, visando cumprir com o seu dever de enfrentar todas as formas de violência contra a mulher no âmbito do Estado do Pará, promoverá treinamento de capacitação, para que sua Equipe esteja hábil a apurar as denúncias recebidas através do Ligue 180, que envolvam tráfico de pessoas. Outrossim, serão desenvolvidas campanhas de conscientização e educação, tendo como público-alvo precipuamente:

- 1) a mulher, no sentido de demonstrar a importância da educação e da independência financeira;
- 2) a criança e o adolescente, no sentido de minimizar os efeitos da cultura machista sobre os mais jovens, promovendo dinâmicas e palestras que desenvolvam o senso de igualdade.